

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: PEC deve ser usada para pagar por cessão onerosa.....	2
Título: Temor de alta freia o debate sobre fim de preço diferente no gás.....	3
Título: Uso de carvão ou lenha para cozinhar cresce 27% e atinge 14 milhões de lares.....	5
Título: Destaques	6
Título: Vale e chinesa CCCC vão montar usina de aço de R\$ 1,5 bi no PA	6
Título: British Steel entra em falência e já atrai interessados.....	9
Título: Venda de controle da BR deve acontecer até julho	11
Título: Usiminas usa caminhão no lugar de ferrovia.....	12
Título: Minério de ferro passa de US\$ 105 na China.....	13
Título: CCEE e Aneel propõem regras mais rígidas para comercializadoras	14
Título: Queda não será generalizada	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Um ano após a greve - Na estrada, com os caminhoneiros	16
Título: » Exemplo.....	18
Título: Mar de lama pode atingir 10 mil em três cidades	18
Título: Mais incertezas no mercado de petróleo	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Petrobras vende gás de cozinha acima do preço, afirma sindicato.....	21
Título: Agência de mineração autoriza garimpo em áreas protegidas	22
Título: Governo usa R\$ 2,2 bilhões de reserva orçamentária para evitar novos bloqueios ...	24
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Sem dinheiro para o gás	25

Título: União proporá PEC para pagar Petrobras por leilão do pré-sal.....	28
Título: Conselho da Petrobras dá sinal verde para venda de ações da BR	29
Título: No mais	30
Título: Entre a fuga e a decisão de não acreditar em novo acidente.....	30
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	32
Título: Educação consegue liberação de R\$ 1,5 bi	32
Título: Weintraub conta com Petrobras	34

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília

Título: PEC deve ser usada para pagar por cessão onerosa

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que o governo pretende enviar uma proposta de emenda constitucional (PEC) ao Congresso para pagar à Petrobras os US\$ 9 bilhões pela revisão do contrato da cessão onerosa celebrado em 2010 e também para dividir os recursos do leilão das áreas do pré-sal com governos regionais - como tem prometido o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ele explicou que pretende que a proposta seja enviada "o quanto antes" aos parlamentares, com quem o governo já tem conversado preliminarmente, para que o tema seja resolvido antes do leilão, marcado para o fim de outubro. A medida, argumentou, é necessária para que o governo faça o pagamento e as transferências sem descumprir o limite constitucional do teto de gastos estabelecido para 2019.

A visão sobre a necessidade de uma PEC é diferente da expressa menos de um mês atrás pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Segundo dito por ele na ocasião, o governo poderia pedir um crédito extraordinário ao Congresso para fazer as destinações à Petrobras e aos Estados caso elas acontecessem ainda neste ano.

O secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, explicou que até poderia ser pedido ao Congresso um crédito extraordinário - mas que o governo teria dificuldade para embasar a solicitação nos critérios de urgência e imprevisibilidade, exigidos pela legislação sobre esse instrumento. Por isso, o envio de uma PEC é visto como mais seguro, ainda que a tramitação desse tipo de proposta seja muito mais complicada, por demandar três quintos dos parlamentares.

Segundo Waldery, a dependência de uma PEC não necessariamente impede a realização do leilão, embora tenha indicado que a intenção é fazer o certame com a parte legislativa relativa a esses aspectos já resolvida. "Tecnicamente, pode [acontecer a disputa]. Mas isso [não aprovação] não entra no nosso cenário", disse, acrescentando que o cenário é "favorável". Ele não foi assertivo ao ser questionado se a Petrobras só receberia os recursos caso a PEC em gestação seja aprovada no Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Temor de alta freia o debate sobre fim de preço diferente no gás

O governo quer dar um sinal mais liberal para a atração de investimentos no setor de gás liquefeito de petróleo (GLP), mas ainda está reticente em acabar com os preços diferenciados do botijão de gás de 13 quilos. O produto, consumido por 98% das famílias brasileiras, é vendido pela Petrobras a preços mais baratos do que o mesmo gás comercializado para indústrias e comércio, por força de uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de 2005.

O fim da diferenciação dos preços é um dos principais pleitos do setor e está entre as principais diretrizes do programa Abastece Brasil, lançado em abril pelo **Ministério de Minas e Energia** com o objetivo de estimular a concorrência no mercado de combustíveis. Segundo uma fonte do Executivo, no entanto, existe um receio por parte do governo de que a medida desencadeie uma escalada nos preços do gás de cozinha, o que teria um custo político elevado.

O **Valor** apurou que o fim da diferenciação dos preços - assunto discutido durante o governo Michel Temer - foi levado duas vezes este ano ao CNPE, mas não avançou. "O que está travando é a incerteza sobre o comportamento dos preços depois da medida, como se dará o realinhamento de preços da

Petrobras. As pessoas não sabem o que vai acontecer", afirmou a fonte, sob a condição de anonimato.

Uma das iniciativas que vinham sendo discutidas durante o governo Temer, para atenuar o impacto da liberação dos preços, era a inclusão de um benefício dentro do Bolsa Família para bancar a compra do botijão. Segundo a fonte, a criação de uma política de subsídios localizados para famílias de baixa renda, no entanto, está fora do radar.

A avaliação da área técnica do governo é de que não há motivos para que a Petrobras eleve os preços do botijão P-13 caso a diferenciação de preços acabe, já que a companhia vem praticando preços acima da paridade internacional.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) destaca que o preço do GLP vendido pela Petrobras tem se mantido acima da paridade de importação durante todo o ano, após ter ficado abaixo da referência mundial durante boa parte de 2018. De acordo com os cálculos do Sindigás, o preço do P-13 comercializado pela estatal custava, em abril, R\$ 2,01 o quilo, enquanto a paridade estava em R\$ 1,82 o quilo. Em um ano, entre abril de 2018 e o mês passado, os preços da Petrobras subiram 14%, mas o custo médio para o consumidor final cresceu 3%.

O preço da Petrobras responde por 37% do preço final para o consumidor, seguido dos tributos (16,5%), margem bruta de distribuição (22,2%) e margem de revenda (24,3%).

Para o presidente do Sindigás, Sérgio Bandeira de Mello, o fim da diferenciação dos preços é a condição primária para atração de investimentos na infraestrutura de abastecimento do setor. Segundo ele, um terminal com tanques de GLP demanda investimentos da ordem de R\$ 500 milhões e só é viável se houver sinais adequados à iniciativa privada. O executivo afirmou, ainda, que existe hoje uma série de empresas que atuam no setor de operação de terminais interessadas em investir no mercado de GLP, mas que elas ainda aguardam o fim da diferenciação de preços para começar a investir.

"A diferenciação é a barreira número um hoje para que empresas invistam", disse o executivo, no fórum permanente do GLP, no Rio.

Durante apresentação no fórum, o coordenador-geral de energia, petróleo e gás do Ministério da Economia, Gustavo Manfrim, disse que a política atual de diferenciação de preços é "anacrônica", mas que o assunto carrega consigo uma "sensibilidade política". "É muito desejável superarmos a barreira da diferenciação de preços que ainda existe", afirmou.

"Todo mundo está olhando na mesma direção, mas falta definir a forma e a velocidade com que isso vai ser feito, quais as etapas precisam vir primeiro, como fazer para a família de baixa renda ter acesso", complementou o diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) Dirceu Amorelli.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Especial

Autor: Bruno Villas Bôas e Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Uso de carvão ou lenha para cozinhar cresce 27% e atinge 14 milhões de lares

O uso de carvão (ou lenha) e da eletricidade para cozinhar alimentos cresceu fortemente nos lares do país entre 2016 e 2018, mesmo período em dispararam o desemprego e o preço do gás de cozinha, segundo a pesquisa domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O número de domicílios que usava carvão ou lenha para cozinhar cresceu 27% em dois anos, para 14 milhões de lares. São 3 milhões a mais em apenas dois anos. Do total de domicílios do país, 21,8% usavam esse tipo de energia - ou seja, um em cada cinco domicílios do país.

Já o total de domicílios que usam energia elétrica para preparação de alimentos chegou a 37,9 milhões, crescimento de 72% de 2016 a 2018. O uso de bens como micro-ondas, fogão e fritadeiras elétricas era uma opção, pela primeira vez, em mais da metade (53,5%) dos lares do país.

Parte do movimento está ligada à busca de fonte mais barata de energia na cozinha. Mas uma parcela significativa do movimento também tem ver com a maior compreensão das famílias, a cada ano, de que a eletricidade é um insumo quando, por exemplo, usam micro-ondas - e passam a informar isso aos agentes do IBGE.

A pesquisa não detalha, porém, a renda das famílias que passaram a informar usar carvão como fonte de energia para cozinhar. O levantamento mostra, porém, que crescimento do uso foi maior em unidades da federação mais ricas como Distrito Federal (136%) e São Paulo (152%) do que em pobres como Alagoas (13%) e Maranhão (18%).

Segundo o IBGE, o gás de botijão ficou 24% mais caro de 2016 a 2018. O gás encanado, por sua vez, avançou 27% no período. Os números referem-se ao IPCA, que mede a inflação das famílias com renda de um a 40 salários mínimos. Os reajustes foram mais intensos em 2017. Em 2019, as variações têm sido moderadas.

Foi em junho de 2017 que a Petrobras aprovou uma nova política de reajuste de preços para a comercialização às distribuidoras do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) comercializado em botijões de até 13 kg. O objetivo era pôr fim a anos de subsídio.

Além dessa nova política, os últimos anos foram marcados pela perda de empregos e lenta recuperação do mercado de trabalho. No fim do ano passado, o país tinha 12,1 milhões de pessoas procurando emprego no país, dos quais 3,6 milhões na região Nordeste, a mais pobre.

Apesar dos reajustes, o gás de botijão e encanado segue como a principal fonte de energia para a preparação de alimentos no país, presente em 98,2% dos domicílios. Esse uso era superior a 95% em todos os Estados do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Consumo de aço recua

O consumo aparente de aço no Brasil caiu 1,5% em abril em relação ao mesmo período do ano passado, para 1,7 milhão de toneladas, informou ontem o Instituto Aço Brasil. De janeiro a abril, o consumo aparente chegou a 6,6 milhões de toneladas, queda de 1,4% na base anual. Segundo a entidade, a produção de aço chegou a 2,9 milhões de toneladas no mês passado, queda de 1,9%, e a de laminados atingiu 1,9 milhão de toneladas, queda de 6%. As exportações chegaram a 1,3 milhão de toneladas em abril, alta de 22,2%. Em valores, o aumento foi de 6,5%, atingindo US\$ 752 milhões. As importações somaram US\$ 226 milhões e 244 mil toneladas, crescimento de 20,2% em volume e estabilidade nos valores importados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro, Ana Paula Machado e Francisco Góes | De São Paulo e do Rio

Título: Vale e chinesa CCCC vão montar usina de aço de R\$ 1,5 bi no PA

O grupo chinês de engenharia e construção China Communications Construction Company (CCCC), em parceria com a Vale, está dando o primeiro passo para instalar uma laminadora de aço em Marabá, sudeste do Pará. A CCCC controla a brasileira Concremat, que, junto com os chineses, será a responsável por montar o empreendimento. O investimento previsto na usina é de R\$ 1,5 bilhão, disse ao **Valor** o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB).

Hoje, em Belém (PA), vai ser assinado um protocolo de entendimento para a construção da usina em evento que contará com as presenças de Barbalho e dos presidentes da Vale, Eduardo Bartolomeo, e da Concremat, Mauro Viegas Neto. Com capacidade de 300 mil toneladas ao ano de aços laminados, a siderúrgica será instalada no distrito industrial de Marabá. Segundo Barbalho, o projeto executivo e o licenciamento serão concluídos até 2020, abrindo caminho para o início das obras. "A ideia é que entre em operação em 2023. A produção será destinada ao mercado interno e será o primeiro passo para a nova agenda de agregação de valor ao minério de ferro no estado, em que poderemos estimular a ida de outros investidores", disse.

A Vale foi a grande articuladora da engenharia financeira do projeto com a CCCC e sua controlada no Brasil, a Concremat, de acordo com Barbalho, e deverá oferecer as garantias para o financiamento. "A Vale articulou todo o projeto e trouxe esse parceiro depois que o governo solicitou uma solução para esse pleito que se arrasta há anos", disse Barbalho.

Pela estrutura montada, Concremat e CCCC farão os estudos de viabilidade econômica da usina e vão contar, no projeto, com suporte financeiro da Vale. A mineradora oferecerá as garantias necessárias ao financiamento. Uma fonte afirmou que a Concremat dará à Vale a segurança de entrega do projeto no prazo e no custo que originalmente venham a ser acordados, uma vez concluídos os estudos.

Fontes próximas do projeto disseram ainda que a Vale quer de fato viabilizar um polo metal-mecânico em Marabá. A partir da assinatura do protocolo, a Concremat vai desenvolver os estudos de viabilidade e buscará um parceiro para ser o operador da laminadora. A usina vai comprar placas de aço a partir das quais fará bobinas a serem vendidas no mercado doméstico.

A Vale terá a opção de transformar a sua garantia financeira em equity (participação acionária na empresa dona da usina) caso essa opção se mostre

necessária no futuro. A primeira etapa, porém, consiste em que o projeto se mostre factível do ponto de vista econômico. "Ninguém está entrando para perder dinheiro", disse uma fonte próxima das discussões.

O investimento na usina deve ser quase todo financiado em bancos. Não está claro, porém, se a CCCC e o operador poderão aportar uma parcela de recursos próprios no empreendimento. A Vale entrará oferecendo somente garantias financeiras. Não haverá contrato de fornecimento firme de minério de ferro, pois a laminadora será suprida com placas de aço compradas no mercado interno.

A reivindicação do Pará para uma siderúrgica no estado é antiga, mas o projeto só foi apresentado há cerca de 10 anos, quando a Vale anunciou o plano de erguer uma unidade de aços em Marabá. O ex-presidente da mineradora, Roger Agnelli, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegaram a anunciar a siderúrgica. Na época, foi constituída a Aços Laminados do Pará (Alpa), que não saiu do papel. Inicialmente, seria uma usina para produção de 3 milhões de toneladas de placas ao ano, com investimento de R\$ 5,8 bilhões.

No Pará, onde estão as reservas de Carajás, existe uma percepção de que a Vale promete determinados projetos e não entrega. Antes mesmo de Helder Barbalho tomar posse como governador, a Vale vinha estudando algumas alternativas para viabilizar novos investimentos nos estados onde opera, incluindo não só o Pará, mas também o Maranhão e o Espírito Santo. Nesses estados, assim como também acontece em Minas Gerais, a Vale é uma geradora de renda e empregos, mas também enfrenta pressões políticas e sociais por maiores investimentos. Embora os estudos para investir em siderurgia no Pará sejam antigos, a tragédia de Brumadinho (MG) acelerou essa decisão.

A CCCC está no Brasil desde 2016, quando adquiriu 80% do capital da Concremat por R\$ 350 milhões. No ano seguinte, assumiu 51% do projeto de construção de um terminal portuário no Maranhão junto com a WTorre. O grupo, com faturamento global na casa de US\$ 70 bilhões, tem interesse em investir em projetos de infraestrutura, como ferrovias e portos.

Vale e Concremat confirmaram a assinatura do acordo amanhã, mas não concederam entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Michael Pooler, Jim Pickard e Josh Spero | Financial Times, de Londres****Título: British Steel entra em falência e já atrai interessados**

A British Steel entrou em processo de falência, pondo milhares de empregos em risco depois que seus apelos por um resgate financeiro estatal de emergência foram rejeitados. A quebra da segunda maior siderúrgica do Reino Unido levanta dúvidas sobre a extensão do apoio do governo ao setor e sobre as ações do Greybull, o fundo de private equity que é seu proprietário, e cujo histórico de investimentos duvidosos inclui outros fracassos de grande visibilidade, como o da Monarch Airlines.

O Tribunal Superior determinou a liquidação compulsória ontem, mas o processo deixa algum espaço para a esperança de que um resgate ainda possa ocorrer. "Compradores [potenciais] já entraram em contato", disse o secretário de Negócios, Greg Clark.

Entre os possíveis candidatos a dar lances pela empresa, ou partes dela, estão o grupo siderúrgico chinês Hesteel e o fundo de private equity Endless, com sede no Reino Unido, um dos perdedores do último leilão de venda da empresa, em 2016. Liberty House, o conglomerado industrial liderado por Sanjeev Gupta, também está acompanhando a situação.

De qualquer maneira, uma fonte qualificada do governo disse: "Tudo o que ouvimos é [que] as chances de encontrar um comprador são baixas."

A falência se deu na sequência do fracasso de negociações sobre um empréstimo estatal de 30 milhões de libras

Os salários dos 5 mil empregados da British Steel continuarão a ser pagos pelo Official Receiver (administrador da massa falida em inglês), um servidor público que será encarregado de fiscalizar o processo junto com a empresa de contabilidade EY.

"Às vezes é preciso que o governo participe em um setor em que seja muito difícil a recuperação de descontinuidades e interrupções", disse Clark.

O governo enfrenta pressões de dois lados: o Partido Trabalhista e sindicatos reivindicam a estatização ao mesmo tempo que os críticos do livre mercado questionam por que Clark aprovou uma parcela anterior de empréstimos estatais no total de 120 milhões de libras apenas poucas semanas antes da

falência. O governo insiste em que o dinheiro será devolvido, pois está lastreado em créditos de carbono europeus.

Jeremy Corbyn, líder do Partido Trabalhista, disse que era "um ultraje que o governo de novo tenha negligenciado nosso setor siderúrgico, colocando 5 mil empregos em risco na British Steel e mais 20 mil na cadeia de fornecimento". Ele instou a primeira-ministra a intervir "para salvar esses empregos".

A falência se deu na sequência do fracasso de negociações sobre um novo empréstimo estatal de emergência, de cerca de 30 milhões de libras. A empresa pediu o empréstimo depois de uma queda nas encomendas que ela atribuiu à incerteza a respeito do Brexit.

Clark contou à Câmara dos Comuns que as negociações emperraram porque os ministros concluíram que a assistência financeira violaria as regras da União Europeia sobre auxílio estatal, que proíbem a maioria dos subsídios.

O governo tentou escorar a empresa de outras formas. Segundo fontes familiarizadas com o assunto, a Network Rail, que é proprietária e gestora da infraestrutura ferroviária do Reino Unido, fez uma encomenda de 70 milhões de libras à British Steel nas últimas semanas - o equivalente a um ano de suas encomendas normais - para sustentar a empresa na sua tentativa de evitar a quebra.

A maior parte dos trabalhadores da British Steel está em sua enorme fábrica de Scunthorpe, em Lincolnshire do Norte, e em outros locais em Teesside. A empresa também opera uma fábrica na França. A insolvência intensificou a atenção sobre o Greybull, que comprou a segunda maior siderúrgica do Reino Unido da Tata Steel, da Índia, por 1 libra e a rebatizou de British Steel em 2016.

O grupo de private equity - que investe recursos para a família Perlhagen, da Suécia, e os Meyohases, da França - se especializa em comprar empresas em dificuldades e tentar recuperá-las. Muitos de seus investimentos recentes acabaram em colapso.

O Greybull era proprietário da Monarch Airlines, que faliu em 2017, obrigando o governo a bancar o retorno de 110 mil turistas abandonados, a um custo para o contribuinte estimado em 60 milhões de libras. O fundo esteve entre os financiadores da aquisição da varejista de produtos elétricos Comet, cuja quebra em 2012 provocou a perda de 7 mil empregos.

Contas na Companies House mostram que nos dois anos seguintes à aquisição o Greybull tomou 6 milhões de libras da British Steel como encargos de gestão. Também cobrou 17 milhões de libras por ano de juros sobre empréstimos que proporcionou por meio de uma empresa controladora com sede em Jersey, a

Olympus Steel, a uma taxa de 9%, embora isso tenha acumulado e ainda não tenha sido pago.

"A reestruturação da British Steel sempre foi um desafio, e ainda assim a empresa superou muitas dificuldades e até recentemente parecia destinada a uma prosperidade renovada", declarou o Greybull. "Agora estamos concentrados em auxiliar o melhor que pudermos todos os envolvidos neste processo."

O possível fechamento da fábrica de Scunthorpe, que tem uma tradição de metalurgia e siderurgia que data do meio do século 19, seria um duro golpe para o setor siderúrgico do Reino Unido, que ainda está se recuperando de uma queda mundial de preços em 2016.

Roy Rickhuss, secretário-geral do sindicato Community, disse: "Enquanto os fornos de coque estiverem queimando e os ativos de aço permanecerem, continuará a haver esperança tanto para a siderurgia em Scunthorpe como para suas unidades de transformação. O que é necessário é o proprietário certo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Maria Luíza Filgueiras | Do Rio e de São Paulo

Título: Venda de controle da BR deve acontecer até julho

A oferta subsequente de ações (follow-on) da BR Distribuidora, que vai resultar na privatização da empresa hoje controlada pela Petrobras, deve ser realizada "no máximo até julho", de acordo com uma fonte. A intenção é vender a fatia adicional da BR antes do período de férias do Hemisfério Norte, que é considerado mais fraco para operações desse tipo no mercado financeiro.

O conselho de administração da BR aprovou ontem a operação, na qual a Petrobras, hoje com uma fatia de 71,25% na empresa, ficará com participação "inferior a 50%". Segundo a fonte, o volume a ser vendido na oferta dependerá da demanda do mercado, mas a intenção é ficar com algo "por volta de 40%" na distribuidora.

Bancos que trabalham na oferta entendem que a reunião do G20, marcada para o fim de junho no Japão, pode ser um gatilho positivo para o desempenho do mercado de capitais global - o que facilitaria a atração de investidores estrangeiros para uma oferta de grande porte como esta, mesmo sem a definição doméstica da reforma da Previdência.

O **Valor** apurou que a Petrobras levou cerca de dois meses discutindo internamente o percentual de venda de sua fatia na BR. Já era consenso que a estatal deveria abrir mão do controle, mas o conselho de administração se dividia entre opiniões de manter uma posição entre 50% e 30% na empresa. A definição acabou sendo pelo percentual intermediário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Usiminas usa caminhão no lugar de ferrovia

A possibilidade de rompimento da barragem da mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), fez a Vale interromper o transporte de carga na Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFV) no trecho entre Sabará e Barão de Cocais. A medida interferiu na operação da usina da Usiminas em Ipatinga (MG), que a partir de hoje irá usar caminhões para o abastecimento de minério e pelotas. O escoamento da produção de aço também será feito por meio das rodovias que passam pela usina, apurou o **Valor**.

No comunicado que a Usiminas enviou à prefeitura de Ipatinga, a empresa informa que "conforme orientação da Agência Nacional de Mineração (ANM) à Vale em função do risco de rompimento da barragem da mina de Gongo Soco em Barão de Cocais, o abastecimento de matérias-primas para a usina de Ipatinga, assim como o escoamento de produtos, foi direcionado para o modal rodoviário".

Dessa forma, de acordo com o comunicado, o fluxo de caminhões deverá aumentar "muito na área urbana de Ipatinga". Essa é uma medida preventiva para manter a produção da usina, que tem capacidade instalada de cerca de 5 milhões de toneladas por ano.

Outro problema que a Usiminas pode enfrentar em Ipatinga com o rompimento da barragem de Gongo Soco é com o abastecimento de água na usina. Isso porque, segundo apurou o **Valor**, a captação da água é realizada no rio Piracicaba que está na rota dos rejeitos e pode ser contaminado. "A usina pode entrar em colapso. Eles [Usiminas] têm que apresentar uma solução rapidamente", disse uma fonte com conhecimento do assunto.

À prefeitura, a companhia ainda não enviou nenhum comunicado informando sobre projeto alternativo para captação de água, caso o rio Piracicaba seja contaminado pelos rejeitos de Congo Soco.

Em nota, a Usiminas informou que vem acompanhando a situação envolvendo a barragem em Barão de Cocais "e está tomando medidas para garantir o funcionamento normal da Usina de Ipatinga, incluindo a utilização de rotas alternativas para a entrada de matérias primas e saída de produtos acabados."

Paralelamente às medidas para manter a produção na usina, ontem, a siderúrgica também começou a informar aos seus clientes do setor industrial e da rede de distribuição que vai aumentar seus produtos na faixa de 10% a partir de 1º de julho, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**.

A empresa segue o mesmo caminho da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que vai aplicar reajustes de 10% a 12,25% em seus produtos laminados. No entanto, o aumento de preços será a partir do início de junho - um mês antes da concorrente mineira.

A principal justificativa alegada pelas siderúrgicas para aumentar o preço do aço é a elevação dos custos, com a escalada no preço do minério de ferro, que sobe 45% neste ano. Ontem, a cotação da commodity atingiu US\$ 105,78% a tonelada no mercado à vista chinês.

Gerdau e ArcelorMittal Tubarão, outras duas produtoras de aços planos no país, deverão seguir nos próximos dias o mesmo caminho de CSN e Usiminas, declaram as fontes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minério de ferro passa de US\$ 105 na China

Confirmando a previsão de analistas de que a trajetória de valorização deveria se manter no curto prazo, os preços do minério de ferro marcaram a sexta alta diária consecutiva e se aproximaram dos US\$ 106 por tonelada. Neste momento, o desempenho positivo é ditado sobretudo pela demanda robusta por parte das siderúrgicas chinesas, que renovaram recordes de produção em abril, enquanto os estoques da matéria-prima caíram aos níveis mais baixos desde a segunda metade de 2017 e a oferta global foi reduzida após o desastre da Vale em Brumadinho (MG).

Ontem, conforme a "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançou 3,4%, ou US\$ 3,75 a

tonelada, para US\$ 105,78 a tonelada. Esse é o maior preço da commodity no mercado à vista desde 7 de maio de 2014, quando a cotação chegou a US\$ 106,26. Com isso, no mês, o minério exhibe ganhos de 12,3%. No ano, a alta acumulada chega a expressivos 45%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com entrega em setembro subiram 3,4% ou 11 yuans, para 728 yuans por tonelada.

A partir de quarta-feira da semana passada, os preços do minério já subiram mais de US\$ 10 por tonelada. Havia expectativa entre analistas de que o rali tivesse sequência no curto prazo, embora a temporada de sazonalidade mais fraca, típica do período de chuvas, esteja se aproximando. A produção de aço na China tem sido estimulada pela recuperação da rentabilidade dos produtos siderúrgicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CCEE e Aneel propõem regras mais rígidas para comercializadoras

Os novos critérios para registro de comercializadoras de energia, que serão submetidos à audiência pública e discutidos para serem implementados a partir de 2020, devem valer também para as comercializadoras existentes, que terão prazo ainda a ser determinado para sua implementação.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) promoveu ontem, com participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), um fórum de debates para apresentar as propostas de aprimoramento do mercado livre, que incluem as regras mais rígidas para habilitação de novas comercializadoras.

Entre as mudanças propostas, contudo, não está o aumento do capital social mínimo exigido de comercializadoras, hoje em cerca de R\$ 1 milhão. "Não temos proposta definida sobre isso, trouxemos agora o que dá para fazer para janeiro de 2020", disse Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE, em conversa com jornalistas depois de participar do evento. A questão foi levantada por agentes durante o fórum.

Isso não significa que seja impossível fazer a alteração para o ano que vem, mas a CCEE não incluiu a questão na nota técnica que será publicada até 31 de maio, por não ter tido tempo suficiente para estudar o tema. Hoje, há pouco menos

de 300 comercializadoras habilitadas, muitas com capital social próximo do mínimo. O problema é que não há limite para alavancagem dos agentes, que fazem operações não condizentes com seus portes.

Altieri admitiu que uma potencial mudança na exigência pode reduzir o número de comercializadoras habilitadas, já que as empresas existentes serão revalidadas pelas novas regras, mas isso vai depender do grau da exigência. "Outra abordagem seria determinar que capital social pequeno tem acesso a operação pequena, capital social grande tem acesso a operação grande", disse Altieri, completando que o assunto ainda está "em construção."

Segundo André Pepitone, diretor-geral da Aneel, a B3 também participa das discussões sobre o tema. A resolução 461 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que disciplina mercados regulamentados de valores mobiliários, será referência para as novas regras a serem definidas.

Entre as mudanças, está há exigência de publicação de balanços auditados, além da divulgação de informações amplas sobre o histórico de cada um, se há relacionamento direto ou indireto com agentes em monitoramento, e um diagrama do grupo econômico em modelo a ser estabelecido.

De acordo com Altieri, hoje, a CCEE não tem instrumentos para monitorar se os responsáveis pelas comercializadoras em desligamento por inadimplência podem partir para novas comercializadoras no futuro. "Não temos mecanismos para evitar isso, e é o que perseguimos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/05/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo

Título: Queda não será generalizada

Se aprovada a metodologia elaborada pela EsalqLog para a tabela de preços mínimos dos fretes rodoviários, algumas rotas terão seus preços elevados, enquanto outras, reduzidos. A variação dependerá do tamanho do caminhão (quantidade de eixos), da distância e também do tipo de carga transportada.

Por exemplo: para os graneis sólidos, caso dos grãos, os preços médios em relação à tabela em vigor (Resolução ANTT nº 5.820/18 e nº 5.839/18) poderão diminuir entre 20% e 40% para distâncias superiores a 200 quilômetros; ao mesmo tempo, deverão registrar incremento de até 50% para rotas com até 100 quilômetros. A variação também depende do tamanho do caminhão. Quem

usar veículos maiores, de sete ou nove eixos, poderá ter ajustes para baixo de até 40%.

Por outro lado, se levadas em consideração as cargas frigorificadas, quase todos os valores vão subir - sejam em rotas curtas, médias ou longas e com todos os tipos de caminhão. A exceção fica para veículos com nove eixos que levarem carga frigorífica para uma distância além de 400 quilômetros.

No caso de produtos líquidos perigosos como combustíveis, os reajustes também serão todos acima dos preços praticados atualmente, sem nenhuma exceção.

Além disso, tais simulações levam em consideração apenas as seis categorias de carga existentes atualmente, sendo que a metodologia da EsalqLog propõe que passem a existir 11 categorias de produtos transportados.

Vale lembrar, finalmente, que os custos de transporte rodoviário foram elaborados com base em questionários respondidos por caminhoneiros, transportadores e embarcadores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/05/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira / TEXTO

Título: Um ano após a greve - Na estrada, com os caminhoneiros

‘Estado’ percorreu mais de 2 mil km com um caminhoneiro entre Sinop (MT) e Araucária (PR); no caminho, estradas ruins e pedágio caro

O sol ainda nem despontou no horizonte e Nirley de Freitas já está de pé para mais uma viagem. Escova os dentes, lava o rosto, prepara um chimarrão e verifica a calibragem dos 34 pneus do Volvo FH 540. Pelo rádio, convoca os amigos para uma oração. Reza um Pai Nosso e uma Ave Maria, pede proteção a Deus e acelera rumo ao Sul do País. Com quase 50 toneladas de soja, divididas em duas caçambas, o caminhoneiro percorrerá 2.350 quilômetros de Sinop (MT) até o destino final em Araucária (PR). No trajeto, vai atravessar os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Durante quatro dias, a reportagem do Estado acompanhou a rotina de Freitas a bordo de seu caminhão Robocop, de nove eixos, 2018. A viagem começou em Sinop, às 5h30 do dia 16 de maio e terminou às 21h40 de domingo, dia 19 – mas ele só descarregou na última terça-feira. Por mais de duas semanas, o Estado tentou um motorista para fazer a viagem.

Mas, por causa da falta de fretes decorrente da crise econômica, só conseguiu na terceira tentativa, quando Freitas pegou uma carga para o Sul. Paranaense, da cidade de Ivaiporã, ele virou caminhoneiro há dez anos, depois de trabalhar com o pai na agricultura. Chegou a fazer curso de genética e inseminação artificial de animais, mas abandonou tudo para viver na boleia de um caminhão. Só nos últimos 12 meses, percorreu mais de 100 mil km pelo Brasil – mais do que duas voltas ao redor da Terra. Nos últimos tempos, porém, anda desiludido com a profissão e já faz planos para mudar de vida. “Mas ser caminhoneiro é como um vício. Apesar dos problemas, é difícil largar.” Estradas. As queixas de Freitas foram aparecendo durante toda a viagem. No primeiro dia, foram quase 700 km rodados até Rondonópolis, pela BR-163 – estrada quase toda de pista simples, com poucas áreas de ultrapassagem.

Meca do agronegócio brasileiro, por onde circulam milhões de reais todos os dias, a região tem rodovias sob concessão privada e com pedágios elevados. Mas isso não se reflete na qualidade das estradas, com asfalto ruim e remendos no pavimento. O desnível entre a pista e o acostamento é um perigo constante para um caminhão que pesa no total 74 toneladas (carga mais veículo) e custa cerca de R\$ 650 mil. Qualquer descuido, o veículo pode tombar. Por causa dos solavancos, os pneus sempre são danificados – dessa vez, Freitas até achou que saiu no lucro, com um pneu furado e outro com vazamento no bico. Pela falta de segurança, os motoristas procuram viajar em comboios. Seguiram com Freitas, Clemilton Bueno Terra, conhecido como Cipó; Gustavo Aparecido de Oliveira, o Paraguai; e Leonildo Amarildo Soares, apelidado pelos demais de Gordinho. Apesar de terem se conhecido um dia antes do início da viagem, eles pareciam amigos de décadas. “A parte mais difícil é a solidão. Quando tem mais gente, fica mais fácil”, diz Freitas.

Divertidos, gastam o tempo na boleia fazendo piadas e tirando “sarro” um do outro pelo rádio. Quando o ânimo começa a baixar ou o sono chega após o almoço, é hora de sacar o aparelho e começar a “prosear”. Pelo rádio, eles fazem até disputa da melhor playlist com músicas de caminhoneiros – quase sempre de canções sertanejas. Estacionamento. Na hora de dormir, surge um novo problema. Com a quantidade de motoristas pela estrada, os postos com estacionamento ficam lotados. E, no caso de Freitas, seu caminhão não pode trafegar à noite. Em alguns locais, os postos chegam a cobrar R\$ 45 pela pernoite e R\$ 9 pelo banho. Mas se o motorista abastecer o caminhão no estabelecimento, os serviços são de graça. Depois de um dia inteiro na estrada, ainda sobra disposição para preparar o jantar no próprio caminhão. O cardápio varia de macarrão a um cozido de arroz, batata e linguiça, feito na panela de pressão.

Sentados em cadeiras de praia ou banquinho de plástico, eles comem, tomam cerveja e colocam as conversas dos grupos de WhatsApp em dia. Também

aproveitam para fazer selfies para enviar para as famílias – eles chegam a ficar um mês sem ver os familiares. Do comboio que seguiu com Freitas, todos estavam há mais de 20 dias fora de casa. Diesel e pedágio. Animados, eles mudam de humor a cada parada no posto para abastecer ou a cada pedágio pago. De Sinop a Araucária, Freitas gastou R\$ 5,25 mil de combustível – quase 50% do valor do frete, de cerca de R\$ 11 mil. Por causa da variação de preços, eles abastecem o caminhão a conta-gotas.

Quanto mais ao Sul, menor o valor do combustível. No Centro- Oeste, eles chegaram a pagar R\$ 4,19 o litro do diesel S-10, enquanto a média nacional está em R\$ 3,79. No caso do pedágio, a lógica é inversa: quanto mais ao Sul, mais caro o valor cobrado dos caminhoneiros. Em todo o percurso, Freitas passou por 23 pedágios e desembolsou mais de R\$ 1,3 mil. O maior deles, no Paraná, custou R\$ 88,20. Depois dessa maratona, Freitas não vai descansar. Desde ontem, ele já está de volta às estradas. Só que desta vez no sentido contrário. Ele carregou adubo em Paranaguá e vai levar até Maracaju, em Mato Grosso do Sul.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/05/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Exemplo.

Coluna do Broadcast

A Usiminas acompanhou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e acaba de anunciar um aumento para o preço do aço da ordem de 10% para a rede de distribuição. O ajuste ocorre na esteira da alta do minério de ferro, que voltou a ultrapassar a casa dos US\$ 100 a tonelada. Procurada, a Usiminas não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/05/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto - ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Mar de lama pode atingir 10 mil em três cidades

Estudo sobre barragem em Barão de Cocais aponta risco de "inundação generalizada"

O estudo de impacto do rompimento da barragem Sul Superior, da mineradora Vale, em Barão de Cocais (a 93 km de Belo Horizonte), aponta para a morte de

moradores e "inundação generalizada de áreas rurais e urbanas" em três municípios, além de possíveis interrupções de estradas e problemas com abastecimento de água e de luz.

O estudo, que no meio técnico do setor é conhecido como dam break, relata ainda possibilidade de "danos estruturais em pontes e travessias importantes nos municípios atingidos". Além de Barão de Cocais, os municípios a serem afetados pela lama são Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo.

Nas três cidades, a população que precisará ser retirada de casa para não ser levada pela lama ultrapassa 10 mil pessoas, sendo 6.052 em Barão de Cocais, 2.444 em São Gonçalo do Rio Abaixo e 1.700 em Santa Bárbara. O total de moradores nos três municípios é de aproximadamente 73,8 mil pessoas, sendo 32 mil em Barão de Cocais, 31 mil em Santa Bárbara e 10,8 mil em São Gonçalo do Rio Abaixo. As três cidades já passaram por simulados de evacuação.

Em Barão de Cocais, o meio-fio de algumas ruas foi pintado de laranja para indicar que será invadido pelo rejeito da Vale. Há pinturas em nove bairros, incluindo o centro e a avenida principal da cidade. O foco são áreas mais baixas, adjacentes ou às margens do Rio São João, que corta o município. A possível rota da lama fez até o fórum e uma escola municipal da cidade mudarem de lugar. A prefeitura estima que 3 mil edificações seriam atingidas. Segundo o estudo de dam break, a lama também vai devastar áreas de preservação permanente "nas faixas marginais ao leito dos cursos de água". O relatório prevê "assoreamento de cursos de água a jusante, com deposição de rejeitos no leito e planícies de inundação e possível alteração da calha principal".

O dam break diz que haverá "inundação generalizada de áreas rurais e urbanas com graves potenciais de danos estruturais e perda de vidas humanas, especialmente no distrito de Socorro e nos municípios de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo", além de "problemas relacionados ao abastecimento de água nas comunidades ribeirinhas e irrigação nas regiões abastecidas", com "possíveis interrupções nos acessos locais de terra, rodovias, linha de transmissão e fornecimento de energia".

Nos distritos de Socorro, Tabuleiro e Piteira, os três próximos à barragem, cerca de 450 pessoas já foram retiradas de suas casas. O estudo diz também que ocorrerá "alteração ou remoção da camada vegetal e do habitat, remoção do solo de cobertura, deposição de rejeitos e demais prejuízos a fauna e flora características da região".

Histórico. A barragem Sul Superior teve nível de segurança elevado a 3, que indica risco iminente de ruptura, em 22 de março, depois que uma auditoria se negou a emitir laudo de segurança para a estrutura. No dia 13, a empresa

informou às autoridades que o talude da mina da represa poderia desmoronar, ocasionando abalo sísmico que poderia fazer com que a Sul Superior se rompesse.

O estudo foi feito pela empresa Potamos, a pedido da Vale, e entregue anteontem ao Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), por determinação judicial, depois que a Promotoria julgou insuficiente relatório anterior de impacto fornecido pela mineradora. O MP-MG informou que o estudo foi juntado ao processo e "dará ciência do conteúdo aos órgãos de Estado para que avaliem se os planos emergenciais apresentados pela Vale em juízo estão adequados ao pior cenário possível em caso de rompimento da barragem".

Caso não apresentasse o estudo, a Vale seria multada em R\$ 300 milhões. Procurada, a empresa não se manifestou. / COLABOROU FELIPE RESK

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Mais incertezas no mercado de petróleo

Os ataques registrados há dias a dois navios petroleiros da Arábia Saudita perto do porto de Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos, e a duas estações de bombeamento de óleo em áreas próximas do Estreito de Ormuz, por onde é transportado o óleo das maiores regiões produtoras, não chegaram a causar a interrupção no fornecimento nem alterações expressivas nos preços da commodity, segundo o Relatório do Mercado de Petróleo da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). Mas provocaram a manutenção de um quadro de incertezas, marcado por problemas geopolíticos e da indústria de petróleo, notaram os especialistas da IEA no Relatório, datado de 15 de maio.

O estudo também citou a correção dos problemas de contaminação do óleo russo transportado pelo oleoduto de Druzhba, no Báltico, com capacidade de 1,4 milhão de barris/dia (b/d). Não há dúvidas quanto à percepção de maiores riscos de mercado, mas as cotações do barril do tipo Brent permaneceram entre US\$ 70 e US\$ 75 em abril e maio. A oferta caiu liderada por Canadá, Casaquistão, Azerbaijão e Irã e os estoques nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cederam, mas a demanda cresceu abaixo do esperado. O Brasil, graças à política de investimentos e à produção nas áreas do pré-sal, continuou ganhando importância nos relatórios da IEA. A demanda de março de 2019 no País foi 80 mil b/d inferior à esperada.

Ao mesmo tempo, a oferta registrou “sólidos ganhos” – não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos, na Líbia e na Nigéria.

Segundo o relatório, espera-se aumento de 265 mil b/d da produção brasileira de óleo bruto e gás natural. Trata-se de indicador expressivo, ainda que inferior às projeções anteriores da IEA em 60 mil b/d. Os resultados da Petrobrás no primeiro trimestre “decepcionaram”, mas a empresa enfrenta os problemas. A produção na Bacia de Santos aumentou 195 mil b/d entre 2018 e 2019, mais do que compensando o declínio de poços maduros na Bacia de Campos, entre os quais Marlim e Roncador, e em áreas terrestres. Com o óleo negociado aos preços atuais, a Petrobrás poderá seguir saneando contas e investindo. Ficaram para trás os tempos em que predominavam a corrupção e a venda de combustíveis a preços abaixo do custo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras vende gás de cozinha acima do preço, afirma sindicato

Para recuperar perdas obtidas no fim de 2018, a Petrobras vende gás de cozinha por preço acima das cotações internacionais, diz o Sindigás (sindicato que representa as distribuidoras do combustível). A diferença ocorre mesmo no valor dos botijões de 13 kg, os mais consumidos em residências.

Segundo o sindicato, o gás vendido para envase nesses botijões custava em abril R\$ 2,01 por quilo (ou R\$ 26,13 por botijão), enquanto a cotação internacional equivalia a R\$ 1,89 por quilo. No caso do gás para outros vasilhames, o preço local era ainda maior, R\$ 2,28 por quilo.

A diferença aumentou em maio, após reajuste de 3,4% no início do mês. No principal ponto de importação, o porto de Suape, o gás custava até R\$ 8 a mais por botijão, segundo dados do Sindigás.

Os reajustes no GLP (gás liquefeito de petróleo, como é chamado o gás de cozinha) são trimestrais e consideram médias de preço internacional e do câmbio em trimestres anteriores. Por isso não acompanham tão de perto o mercado internacional.

Em 2018, a estatal vendeu o produto a botijão de 13 kg abaixo das cotações. Isso se inverteu após reajuste de 8,5% em novembro. Procurada, a Petrobras não se manifestou. Nicola Pamplona

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 23/05/2019****Seção: Mercado****Autor: Phillippe Watanabe****Título: Agência de mineração autoriza garimpo em áreas protegidas**

Ministério Público Federal pediu a paralisação das atividades no Pará

SÃO PAULO - A Agência Nacional de Mineração (ANM) tem liberado projetos de mineração dentro de unidades de conservação (UCs) no Pará, segundo o Ministério Público Federal (MPF), que pede à Justiça a paralisação urgente das atividades de garimpo.

Além do interrompimento da mineração, o MPF pede a suspensão, em 30 dias, das licenças para atividade garimpeira nas UCs, e a proibição de novas autorizações para empreendimentos. A procuradoria também quer que a União e a ANM recuperem as áreas degradadas e paguem indenização por dano moral coletivo.

O MPF afirma que há exploração mineral nas Florestas Nacionais (Flona) de Itaituba 1 e 2, e de Trairão. As atividades, que são proibidas em UCs, têm provocado danos à região, como desmatamento e assoreamento de rios, diz a procuradoria.

Reportagem da Folha do ano passado já apontou a presença de retroescavadeiras hidráulicas usadas no garimpo ilegal que causavam degradação em rios da região.

Segundo Hugo Elias Silva Charchar, procurador de República, era comum sequer haver estudos de impacto e um devido processo de licenciamento ambiental nos pedidos, irregularmente aprovados pelos municípios e pela ANM, para exploração mineral dentro das flonas.

"São atividades que trazem um impacto grande e como não há acompanhamento de estudo ambiental mais sério não tem como saber se as empresas ali estão tomando os devidos cuidados", diz Charchar à Folha.

A ação do MPF ocorre graças a dados levantados pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão responsável pela gestão das unidades de conservação.

Uma nota técnica do instituto mostra que, dentro das flonas de Itaituba 1 e 2, constam 11 lavras disponíveis para exploração, 24 autorizações para pesquisa, 166 requerimentos para lavra e outros 30 pedidos de pesquisa. Considerando só

Itaituba 2, em 2015, a ANM (antigo Departamento Nacional de Produção Mineral) concedeu seis autorizações para garimpos de diamante e ouro.

O procurador afirma que a região sofre com pressão por exploração de minérios. Em

2017, uma medida provisória (MP) —e depois um projeto de lei— tentou reduzir a Flona Jamanxin, no Pará. Emendas à essa MP buscavam também diminuir a proteção na Flona de Itaituba 2, segundo a ONG WWF-Brasil.

Questionada pelo MPF se o ICMBio teria sido consultado no processo de autorização da exploração mineral, a ANM disse não ter procurado o instituto porque não competiria "a este órgão este procedimento, e sim ao órgão ambiental licenciador, neste caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba".

Segundo Charchar, a afirmação é incorreta e a exploração mineral só poderia ser realizada na Flona caso a atividade fosse autorizada em seu decreto de criação e no planejamento de manejo.

Procurada, a ANM afirmou, em nota, que não concede títulos minerários em áreas de floresta nacional e que falhas de comunicação geram as irregularidades apontadas. "Acontece que os órgãos ambientais podem transformar algumas áreas de unidades de conservação em Florestas Nacionais e essas informações não são passadas imediatamente ao banco de dados da ANM — uma falha na comunicação que, às vezes, permite a concessão de títulos minerários a áreas que passaram a ser indevidas. Assim que a ANM é certificada da criação de novas Florestas Nacionais, ela retifica a outorga do título", diz a agência.

No entanto, florestas nacionais são unidades de conservação —consideradas como de uso sustentável— e que as Flonas de Itaituba 1 e 2 foram criadas em 1998 e passaram por revisão de seus limites em 2012, e que a Flona do Trairão data de 2006.

Órgãos ambientais, mais especificamente o ICMBio, também não podem alterar a classificação das unidades de conservação, ação que só pode ser feita com justificativa técnica e a partir de leis nos âmbitos federal, estadual ou municipal.

Por isso, quaisquer alterações em unidades de conservação são posteriormente publicadas no Diário Oficial.

A reportagem procurou o Ministério do Meio Ambiente mas não teve resposta até a publicação desta reportagem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 23/05/2019****Seção: Mercado****Autor: Danielle Brant****Título: Governo usa R\$ 2,2 bilhões de reserva orçamentária para evitar novos bloqueios**

O governo federal vai usar recursos da reserva orçamentária para desbloquear parte do dinheiro da educação que havia sido contingenciada. A medida foi anunciada nesta quarta (22), uma semana após os protestos que levaram manifestantes a mais de 170 cidades do país.

Ao fim do primeiro bimestre, a reserva orçamentária somava R\$ 5,372 bilhões. O governo vai usar R\$ 2,166 bilhões desse valor para cobrir uma frustração de receita com o menor crescimento da economia. Além disso, destinará R\$ 1,587 bilhão para recompor recursos bloqueados no Ministério da Educação e mais R\$ 56,6 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

Usando a reserva, o governo contornou novo bloqueio de verbas orçamentárias, que inflamou protestos na semana passada.

Segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, a decisão de não realizar novo congelamento partiu do Executivo.

Quando lhe foi perguntado por que o governo decidiu usar só agora a reserva, Rodrigues diz que o recurso seria insuficiente para cobrir a necessidade de contingenciamento anunciada em março. “Não daria conta. Na reprogramação do segundo bimestre, os R\$ 2,1 bilhões foram absorvidos na íntegra dentro do colchão.”

O objetivo desses recursos é acomodar choques decorrentes das flutuações de receitas e despesas. O secretário afirma que a reserva pode ser reconstituída a qualquer momento, conforme melhora a arrecadação do governo.

A estimativa para a receita primária divulgada nesta quarta aumentou em R\$ 711 milhões, totalizando R\$ 1,545 trilhão. Já a projeção para despesas recuou em R\$ 1,2 bilhão, a R\$ 1,411 trilhão.

Ele também não descartou lançar mão do recurso novamente, se a situação piorar.

Na revisão de parâmetros, a projeção para o PIB foi reduzida de 2,2% para 1,6% neste ano — para 2020, houve outra redução, de 2,7% para 2,6%.

A equipe econômica também passou a ver mais inflação, com o IPCA subindo de 3,8% para 4,1% em 2019.

Ainda assim, a projeção para o PIB feita pela equipe econômica se manteve abaixo das expectativas de mercado. Nas últimas 12 semanas, a previsão para o crescimento econômico neste ano foi reduzida e, agora, está em 1,24%. Enquanto isso, a cessão onerosa, uma das apostas para melhorar a arrecadação do governo, permanece cercada de incertezas.

Embora o secretário afirme que a questão está avançando a passos sólidos, o governo precisa do aval do Congresso para poder pagar à Petrobras pelos recursos obtidos com o leilão das áreas do pré-sal, que deve ocorrer no final de outubro. O valor em questão soma US\$ 9,058 bilhões.

Para a União, o valor arrecadado no leilão com bônus de assinatura e receita primária direta deve chegar a R\$ 106,6 bilhões. Sem a aprovação do Congresso, o governo corre o risco de descumprir a regra do teto de gastos.

“Estamos dialogando com o Congresso, parte imprescindível para chegarmos a bom termo todos os aspectos ligados à cessão onerosa.” afirmou.

A inclusão da questão em uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) já em tramitação é negociada com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

--

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/05/2019

Seção: Economia

Autor: DAIANE COSTA E DAVID BARBOSA

Título: Sem dinheiro para o gás

Um quinto das famílias já usa lenha ou carvão

Na pequena casa no alto da comunidade do Vale dos Eucaliptos, em Senador Vasconcelos, Zona Oeste do Rio, dona Jurani Mange, de 65 anos, mexe o arroz que cozinha lentamente no fogão à lenha improvisado. A madeira seca já era uma saída utilizada quando faltava dinheiro para comprar o botijão. Há mais de um ano, no entanto, seu fogão agás quebrou, e o jeito foi se adaptar. Com o empobrecimento da população, um quinto das famílias brasileiras já usa lenha ou carvão para cozinhar, mostrou a pesquisa Pnad Contínua, divulgada ontem pelo IBGE.

— Minha vista embaça e dói toda vez que mexo com o fogo. Mas não tem para onde correr, pois não tenho como comprar um fogão novo — lamenta Jurani.

São 14 milhões de lares — onde moram 45,3 milhões de pessoas — preparando alimentos dessa forma, um aumento de 27% ou de três milhões de domicílios entre 2016 e 2018. No Sudeste, a expansão foi maior, de 60%.

NO NORDESTE, 35% DOS LARES

A crise econômica prolongada e os aumentos do desemprego e do preço do botijão de gás explicam esse salto. Entre 2016 e 2018, período contemplado pelo levantamento, o gás de cozinha acumulou alta de 24%, e a taxa média de desemprego passou de 11,5% para 12,3%.

— É um sinal claro de empobrecimento da população — resume Luis Henrique da Silva de Paiva, cientista social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Alguns metros abaixo da casa de Jurani, Patrícia Aguiar, de 24 anos, cata gravetos secos e pedaços de plástico no chão do quintal, com afilha de 1 ano no colo. O que poderia ser considerado lixo é amontado e forma uma fogueira, que é acesa com fósforos cedidos pelo vizinho. Sobre o fogo, a jovem equilibra uma grelha e uma panela, onde cozinha o último punhado de arroz do armário.

Com três filhos pequenos e desempregada, como o marido, Patrícia viu seu último botijão de gás, doado pela sogra, acabar no mês passado. Até algumas semanas atrás, usava fogão à lenha, mas o vendeu por R\$ 10 para comprar comida para os três filhos.

— Do que adiantava ter o fogão sem ter o que cozinhar? — questiona Patrícia.

O Nordeste concentra 35% ou 4,8 milhões dos lares que fazem uso de lenha ou carvão. No Sudeste, onde o salto foi o maior entre todas as regiões, no ano passado havia 2,9 milhões de famílias preparando alimentos dessa forma.

— O que estamos vendo é o resultado prático de uma crise econômica prolongada, que leva as famílias a buscarem toda e qualquer forma de economia — observa Renato Meirelles, presidente do Instituto de Pesquisa Locomotiva.

Segundo ele, o dado está diretamente ligado ao aumento da parcela da população que vive em condições de extrema pobreza, pois a crise foi mais severa com os mais pobres: — A crise veio e, com ela, uma redução da rede de proteção social e a contração da economia, que levou o salário mínimo a ficar sem aumento real.

O EFEITO DO BOLSA FAMÍLIA

Quando chove, Patrícia precisa acender o fogo em um canto da sala. A casa toda tem menos de 20 metros quadrados. Para evitar que os filhos respirem a fumaça tóxica, ela os coloca no quarto, no andar de cima. Sua vizinha, Valéria da Conceição, de 42 anos, adaptou um fogão a gás quebrado para cozinhar à lenha. Removeu o tampo e no forno inutilizado põe pedaços de cadeiras quebradas para acender o fogo e cozinhar o almoço e o jantar. Ela até possui um fogão convencional, mas deixa para usá-lo quando fritar as peles de porco que vende no trem, nos finais de semana. É seu ganha-pão:

— Se eu fizer a comida do dia a dia no gás, acaba mais rápido, e fico sem trabalhar.

Para Paiva, do Ipea, o aumento do uso da lenha ou carvão para cozinhar mostra que o principal programa de combate à pobreza do governo, o Bolsa Família, tem tido efeitos "modestos", mesmo tendo atingido, este mês, o número recorde de 14,34 milhões de famílias atendidas:

— O ideal seria aumentar o valor dos benefícios ou mesmo atender à recomendação feita pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), esta semana, de aumentar a faixa de renda para elegibilidade das famílias. O grande problema é o que o governo está sem espaço fiscal para fazer isso.

O presidente Jair Bolsonaro instituiu, em abril, o pagamento de um 13º benefício, equivalente ao 13º salário, às famílias atendidas pelo programa. O pagamento será feito em dezembro. Mas, na visão de especialistas, o ideal seria diluir esse aumento ao longo dos meses, diante da necessidade imediata de aumento de renda dessas famílias.

*Estagiário, sob a supervisão de Daiane Costa

A VISÃO DOS ESPECIALISTAS

EXPOSIÇÃO À FULIGEM É NOCIVA AOS PULMÕES

Denize Ornelas

Médica e diretora da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o fogão à lenha o fator ambiental responsável pelo maior número de mortes no mundo inteiro. A exposição prolongada à fumaça liberada no cozimento de alimentos usando carvão e madeira aumenta as chances de infecções respiratórias, pode

desencadear pneumonia e até mesmo deixar o pulmão em estado permanente de inflamação, o que resulta em tosse constante e dificuldades para respirar.

— O grande problema são os aditivos usados nessa queima, como a gasolina e o álcool. A fuligem dessa combustão é especialmente nociva às mulheres e crianças, que ficam mais expostas ao preparo dos alimentos — diz Denize Ornelas, médica de família e comunidade e diretora da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC).

(DC)

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/05/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA E RENATA VIEIRA

Título: União proporá PEC para pagar Petrobras por leilão do pré-sal

Medida é necessária para que repasse a estatal, acima de R\$ 30 bi, não viole regra do teto de gastos

BRASÍLIA- O governo precisará que o Congresso aprove uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para pagar a parte devida à Petrobras pelo megaleilão de petróleo previsto para o fim do ano. A licitação faz parte de uma repactuação de um contrato entre a estatal e a União, a chamada cessão onerosa.

Pelo acordo, a empresa tem direito a R\$ 33 bilhões dos R\$ 106 bilhões que serão arrecadados com o certame. Mas esse repasse poderia infringir o teto de gastos.

A regra do teto impede que as despesas aumentem mais que a inflação do ano anterior, mas prevê algumas exceções, como gastos eleitorais e créditos extraordinários. Com a PEC, seria possível incluir o pagamento à petroleira nesse rol de exceções. A mudança também serviria para permitir o compartilhamento dos recursos com estados e municípios.

— O Congresso é parte imprescindível. Não é possível fazer essas decisões sem autorizar (no Congresso), em particular porque precisamos de excepcionalidade desses valores no teto de gastos. São valores muito relevantes. O pagamento da Petrobras é de mais de R\$ 30 bilhões. Intencionamos fazer essa explicitação em PEC — disse o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

O leilão está previsto para 28 de outubro. A equipe econômica articula com o Legislativo uma forma de aproveitar uma PEC já em tramitação para agilizar o

processo. Uma das possibilidades, segundo uma fonte, é aproveitar a chamada PEC do Orçamento impositivo, que está no Senado.

— Temos uma probabilidade enorme de aprovar a PEC, é do interesse de todos — acrescentou Rodrigues.

O secretário anunciou ainda que a equipe econômica prepara um novo conjunto de medidas para estimular a economia. No mês que vem, Banco Central, Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciarão ações para o mercado de capitais.

— Hoje, temos 7 mil empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, e outras 230 que decretaram falência. Isso vai irrigar canais de crédito travados — disse Rodrigues.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/05/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Conselho da Petrobras dá sinal verde para venda de ações da BR

Estatual pode arrecadar R\$ 8 bilhões com redução de fatia na distribuidora

A Petrobras informou ontem que seu Conselho de Administração aprovou o modelo de venda adicional de suas ações da Petrobras Distribuidora (BR), reduzindo a menos de 50% a sua participação na empresa com uma oferta pública secundária de ações.

Dessa forma, a subsidiária de combustíveis deixaria de ser considerada uma estatal, mas a Petrobras pretende continuar no comando como maior acionista. Desde 2017, quando a BR fez a primeira oferta de ações na Bolsa, a petroleira mantém 70% do capital da distribuidora de combustíveis.

NEGOCIAÇÃO SOBRE LOJAS

"Após a oferta, a participação remanescente da Petrobras no capital social da BR será inferior a 50%", informou a Petrobras em comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segundo fontes, a ideia da estatal é se desfazer de 30% das ações até outubro, o que poderia resultar numa arrecadação de ao menos R\$ 8 bilhões para seu programa de desinvestimentos. A meta desse plano, que inclui a venda de oito refinarias, é alcançar US\$ 26,9 bilhões até 2023.

— A venda (das ações da BR) faz parte do plano da Petrobras de manter seu foco no pré-sal — disse uma fonte do setor.

— Além disso, a venda das refinarias pode ganhar mais força com uma BR independente.

Com o sinal verde do seu Conselho, a Petrobras já contratou um conjunto de bancos para coordenar a oferta de ações da BR. "Todos os atos necessários para realização da oferta estarão sujeitos à aprovação dos órgãos internos da Petrobras, notadamente quanto ao preço e percentual efetivo das ações a serem ofertadas, bem como à análise e à aprovação dos entes reguladores" informou a empresa.

Em outra frente, a distribuidora já vem conversando com redes de varejo interessadas em assumir as lojas de conveniência em seus postos. A distribuidora tem atualmente valor de mercado de R\$ 26,8 bilhões. Ontem, as ações da subsidiária fecharam em queda de 1,84%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: No mais

A ditadura venezuelana conseguiu mais uma façanha: falta gasolina em muitas bombas — algo tão impensável no passado quanto faltar água no oceano Atlântico. Agora, tem venezuelano abastecendo o carro no posto da Petrobras em Pacaraima, no Brasil. Só que, aqui, paga-se R\$ 4 por um litro e lá, até dia desses, com R\$ 2 dava para encher o tanque.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/05/2019

Seção: Colunas

Autor: JOÃO PAULO SACONI

Título: Entre a fuga e a decisão de não acreditar em novo acidente

Moradores de Barão de Cocais, cidade ameaçada por rompimento de barragem da Vale, estão divididos sobre o que fazer

As últimas 48 horas acentuaram as divergências entre os 30 mil moradores de Barão de Cocais, município de Minas Gerais próximo à mina de Gongo Soco, da Vale, onde um paredão deve ceder até sábado. Há 15% de chances para que o acidente leve ao rompimento da barragem Sul Superior, no mesmo complexo.

Desde fevereiro, o alerta perdeu a credibilidade quando a barragem apresentou problemas pela primeira vez e nada mais grave aconteceu.

A indecisão é praticamente silenciosa, uma vez que as ruas da cidade estão quase vazias. A ausência de pessoas se justifica pela cor laranja nos meios-fios, indicação para os locais em que a mancha de lama com rejeitos de **minério** pode chegar. A intenção da Vale é que esse impacto seja diminuído com novas barreiras de contenção. Elas tomam forma há pelo menos dois meses pelas mãos de dezenas de engenheiros e operários contratados pela mineradora, principal clientela do comércio regional atualmente.

BANCOS FECHADOS

Nas lojas, há balcões vazios à espera de clientes enquanto os donos estão parados nas portas, observando a pouca movimentação nas ruas. Duas agências bancárias não funcionaram ontem, nem os Correios receberam encomendas. Ao mesmo tempo, uma escola estadual e outra particular abrigaram normalmente centenas de alunos. Mesmo caso da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, que estava aberta aos fiéis.

— A verdade é que não sabemos o que vai acontecer.

Deito para dormir, mas logo acordo. Não tenho mais onde colocar os meus “trens”. Mando as roupas para a casa da minha filha, que não corre risco, mas fico sem ter como usá-las. E não tenho pique para correr até a rota de fuga sozinha — conta a aposentada Glória Gomes de Sena, de 80 anos, cuja calçada foi tingida de laranja e o guarda-roupas está vazio diante de malas cheias, prontas para deixarem a casa.

A menos de cem metros, planos diferentes habitam outro imóvel de calçada colorida. Ana Diniz Coelho, de 77 anos, soube apenas pela reportagem que está numa área de risco oficialmente sinalizada e, mesmo assim, não pretende deixar sua casa se ouvir sinais de alerta. A única chance de abandonar o local, segundo ela, é se a onda de rejeitos bater à porta. O motivo para a resistência é a descrença no que é informado pela Vale.

— Se a lama chegar aqui, é porque a cidade está destruída. E isso não vai acontecer. A cidade era muito melhor antes de a Vale chegar aqui. Há quatro meses eles tentam nos tirar de casa, mas isso não vai acontecer — defende Ana, que vive há 30 anos num imóvel de paredes e teto rachados pelo impacto dos caminhões que vêm e vão para a mina.

Com Ana, vive Carlos Antônio Rodrigues, de 76 anos, que também não acredita que haja potencial na tragédia três vezes anunciadas. Além do alerta de fevereiro, outro veio em março — quando a barragem chegou ao nível de risco

mais alto —, e o mais recente há uma semana. Para Rodrigues, o suposto rompimento é uma mentira criada pela Vale.

—Aqui é um lugar muito rico em ouro e nióbio, então, é claro que querem ficar com o lugar. Eu não acredito em absolutamente nada disso, e não vou sair. Nem a Ana.

Dividida entre a noção dos riscos e a continuidade das próprias atividades, a vice-diretora da Escola Estadual Odilon Behrends, Nilda Maria dos Santos Dias, ainda não tomou a decisão, junto aos colegas, de suspender as aulas. São 700 adolescentes matriculados no Ensino Médio de manhã, tarde e noite.

— A Defesa Civil não esteve aqui nas últimas semanas. Em fevereiro, fomos avisados e suspendemos as aulas por três dias. Amanhã, se ninguém vier até a escola, nós iremos. Sabemos que estamos em uma área de risco, mas não temos para onde levar as crianças.

Em nota, a Vale informou que atua com os órgãos públicos no esclarecimento da população e destacou dois simulados de rompimento. O treinamento aconteceu no último fim de semana e durou 48 minutos. A adesão foi de 26,75% do público previsto. Procurada, a Defensoria Pública de Minas não se manifestou

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/05/2019

Seção: Economia

Autor: Luiz Calcagno

Título: Educação consegue liberação de R\$ 1,5 bi

Após milhares de pessoas tomarem as ruas de mais de 200 cidades contra cortes na educação, o governo anunciou uma recomposição de R\$ 1,5 bilhão na verba do Ministério da Educação. O dinheiro foi tirado de uma reserva orçamentária de R\$ 5,3 bilhões, anunciada durante a divulgação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Executivo. O levantamento, que apresentou os parâmetros econômicos do governo após o 2º bimestre, apontou uma previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real para 2019 em 1,6%. O valor é maior que o anunciado na Câmara em 14 de maio pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de 1,5%, e que a avaliação do mercado, de 1,2%.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou, durante a coletiva de divulgação do relatório bimestral, na tarde de ontem, que a decisão

de fazer a recomposição do MEC foi técnica. O Ministério do Meio Ambiente foi outro que também recebeu uma recomposição: de R\$ 56,6 milhões. A verba será repassada por decreto aos ministérios em 30 de maio. A reserva orçamentária fecha, após os repasses, em R\$ 1,5 bi. Vale lembrar que o dinheiro, também resultado do contingenciamento de verbas, não foi anunciado na apresentação do relatório do 1º bimestre.

Para completar, ainda ontem, o MEC divulgou em seu site que não aplicará o último contingenciamento “no valor de R\$ 1,6 bilhão”. “Hoje, a pasta tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados, valor estabelecido pelo decreto nº 9.741, de 29 de março. O valor representa 3,9% do orçamento do MEC de R\$ 149,7 bi para 2019”, informou a comunicação do órgão. O governo anunciou, também, que não fará contingenciamento adicional em órgãos do Executivo e manterá “os limites atuais dos ministérios”.

Sobre o PIB de 1,6%, o relatório afirma que “indicadores de atividade econômica observados no primeiro trimestre não se recuperaram, como esperado no começo deste ano”. O PIB nominal, que ficou em R\$ 7,3 trilhões nos primeiros dois meses de 2018, caiu para 7,2 trilhões no segundo bimestre. “No caso do PIB real, são dados calculados periodicamente. Mantivemos a estimativa feita pelo Ministério da Economia. O nominal reflete a queda”, explicou Waldery.

Inflação aumenta

A inflação também foi projetada para cima. O Índice de Preços ao consumidor Amplo (IPCA) acumulado subiu de 3,8% para 4,1%, variação de 0,3 ponto percentual. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado foi de 4,2% nos primeiros dois meses do ano, para 4,8% nos dois seguintes. O valor se mantém abaixo do centro da meta da inflação para o ano, que é de 4,25%.

O documento mantém em R\$ 139 bilhões o déficit para este ano. A variação da receita primária total ficou em R\$ 711,3 milhões. A exploração de recursos naturais, mais precisamente de petróleo, que, na variação, ficou em R\$ 3.582,0 bilhões, puxou o valor da receita para cima. Porém, somadas, as despesas primárias obrigatórias (que, por lei, o governo é obrigado a pagar na integralidade) e discricionárias variaram para baixo, entre o primeiro e o segundo bimestre, em R\$ 3.183,65 bilhões.

Entre as principais variações nas receitas primárias, o Cofins/PIS-Pasep registrou queda de R\$ 12.567 milhões, devido à “incorporação dos efeitos da contabilização das compensações tributárias das alterações promovidas pela Lei nº 13.670/2018. Já o Imposto de Renda arrecadou valores superiores aos estimados pela incorporação, “nas estimativas de restituições, dos efeitos de

contabilização das compensações tributárias decorrentes das alterações promovidas” pela mesma lei. Ficou em R\$ 8.211 milhões, provocando uma queda de R\$ 5,45 bilhões nas receitas administradas. A arrecadação líquida para o RGPS cresceu R\$ 429 milhões; a exploração de recursos naturais, em R\$ 3,5 bilhões; e o dividendo e participações em R\$ 1,6 bilhão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/05/2019

Seção: Economia

Autor: Maria Eduarda Cardim

Título: Weintraub conta com Petrobras

A terceira ida do ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao Congresso Nacional ficou marcada por uma confusão que encerrou a audiência pública da Comissão da Educação da Câmara dos Deputados. Weintraub voltou ao Legislativo para aprofundar os esclarecimentos sobre o contingenciamento da verba das universidades e instituições federais de ensino superior, anunciados no início de sua gestão.

O ministro defendeu, novamente, que os efeitos do bloqueio só devem ser sentidos em setembro, e que acredita encontrar uma solução até lá. “Se a gente conseguir resgatar o dinheiro da Petrobras, que já está internalizado no Brasil, roubado e recuperado, já é um grande alívio para as contas”, disse.

A sessão, que durou cerca de quatro horas e 30 minutos, foi finalizada após um bate-boca entre a deputada que presidia o encontro, Professora Marcivânia (PCdoB-AP), e parlamentares governistas, que se opuseram à decisão da presidente de conceder direito de fala à presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Marianna Dias, e ao presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Pedro Gorki.

Antes da confusão, entretanto, alguns temas tiveram destaque no debate, como o Enem, a cobrança de mensalidade nas universidades federais e o Fundeb. Como já havia declarado anteriormente, Weintraub disse ser contra a cobrança na graduação, mas afirmou que é a favor da arrecadação nos cursos de pós-graduação. “Se a gente focar na cobrança de pós-graduação, aí não tem o que discordar. Tá lá o bonitão com o diploma de advogado, ele paga. Esse tem condição de pagar. (...) E não é pra toda pós-graduação, mas para as que têm visão de mercado, a gente pode cobrar”, disse.

Na última semana, Weintraub foi convocado para comparecer ao plenário da Câmara dos Deputados. No discurso, o ministro adotou um tom mais duro e culpou governos passados pelo contingenciamento. Ontem, voltou a alfinetar gestões anteriores. “A época de jogar dinheiro e sem perguntar para onde vai e por que acabou”, disse, se referindo ao dinheiro recuperado da Petrobras.

MME / ASCOM .